

O *EPÍTOME* DE ANTONIO DE MORAES SILVA NA HISTORIOGRAFIA GRAMATICAL BRASILEIRA

Ricardo Cavaliere
UFF/ABF

Antônio de Moraes Silva é ordinariamente conhecido nos meios filológicos como um eminente lexicógrafo do século XVIII, autor do meritório *Dicionário da Língua Portuguesa*, trazido a lume em 1789. Buscamos aqui, em nova perspectiva, tecer juízo sobre sua atividade como gramático, não só no intuito de contribuir para uma análise mais acurada dos fundamentos teóricos que o ilustre estudioso brasileiro delinea em sua obra, como também, com fulcro nessa motivação, detalhar os procedimentos do ensino do português como língua materna no Brasil dos setecentos.

Em trabalho recente (CAVALIERE, 2002), oferecemos uma proposta de periodização dos estudos lingüísticos e filológicos no Brasil segmentada em períodos e fases, conforme assim discriminado: **período embrionário**, iniciado em 1595 – publicação da Arte de gramática *da língua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta, a 1806; **período racionalista**, de 1806 – publicação do *Epítome da grammatica portugueza*, de Antonio Moraes Silva – a 1881; período científico, de 1881 a 1941, subdividido em fase fundadora, que vai de 1881 – publicação da *Grammatica portugueza*, de Julio Ribeiro – até o fim do segundo decênio do século XX, e fase legatária, cuja vigência se estende até 1941; **período lingüístico**, iniciado em 1941 – publicação dos *Princípios de lingüística geral*, de Joaquim Mattoso Camara Júnior –, também subdividido em duas fases: a estruturalista, que se estende até metade da década de 80, e a diversificada, que se situa no panorama acadêmico a partir desse momento até nossos dias.

Como se percebe, nessa proposta de periodização, conferimos especial relevo ao *Epítome* de Moraes Silva, citado como marco inaugural do período racionalista e, a rigor, dos próprios estudos lingüísticos brasileiros, já que o período anterior não oferece senão obras esparsas e inexpressivas no que diz respeito à formação do pensamento lingüístico no Brasil. Com efeito, o texto gramatical de Moraes Silva constitui a primeira tentativa de descrição sistêmica do português edificada por um brasileiro, fato que confere a esse trabalho especial valor historiográfico, a par da relevância que possa auferir quanto ao mérito do conteúdo.

Não obstante o Epítome de *Gramatica da Língua Portuguesa tenha sido escrito em 1802* – a primeira edição viria a lume apenas em 1806 –, semelhante fato não desconstitui o caráter setecentista da obra, visto que as idéias lingüísticas que se manifestam em suas páginas são as que chegaram ao conhecimento de Moraes Silva mediante leitura dos textos teóricos do século XVIII e certamente estavam no centro das discussões de quantos se dedicavam ao estudo sobre a linguagem nesse período. Assim, a proposta de Moraes Silva no que tange ao ensino e à descrição do português, não obstante repouse em páginas escritas nos verdores do século XIX, pode ser historiograficamente reconhecida como um produto acadêmico do século XVIII, cujos frutos vicejaram com magnificente pujança no século seguinte, quando efetivamente começa a florescer o pensamento sobre a linguagem no seio da sociedade brasileira.

Antônio de Moraes Silva nasceu no Rio de Janeiro no ano de 1757, vindo a falecer em Pernambuco a 11 de abril de 1824. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, segundo nos informa Francisco Innocência da Silva (SILVA, 1863:209), Moraes teve prematuramente encerrada uma promissora carreira na magistratura em face de uma condenação do Santo Ofício que o fez fugir para a França e, posteriormente, após largo período na Inglaterra, retornar a Portugal. No entanto, na opinião de Sacramento Blake, bibliógrafo brasileiro contemporâneo de Innocência da Silva, o autor do *Diccionario bibliographico portuguez* enganou-se sobre a carreira jurídica de Moraes Silva, já que a conhecida fuga para a Inglaterra teria ocorrido antes da colação de grau na Universidade de Coimbra (BLAKE, 1883:268). Consta que durante sua estada na capital inglesa, contribuiu para uma revisão do *Dicionário* de Bluteau, que viria a ser publicado em Lisboa no ano de 1789. Aliado ao *Elucidário* de Viterbo, o dicionário de Bluteau serve a Moraes Silva como uma das fontes magnas para a elaboração de seu *Dicionario da Lingua Portuguesa*.

Não obstante tenha produzido obra de grande importância na área da gramaticologia, sobretudo em face da bem fundamentada base teórica na descrição do vernáculo, Moraes Silva não logrou obter boa vontade da crítica filológica brasileira no século XIX, a julgar pelas raríssimas referências de que sua produção gramatical é objeto nas resenhas sobre estudos lingüísticos então publicadas. Aparentemente, o sucesso editorial do *Dicionario da Lingua Portuguesa* obscureceu o trabalho que Moraes desenvolvera na área gramatical.

Fato é que Maximino Maciel, por exemplo, primeiro a resenhar os estudos filológicos brasileiros (MACIEL, 1922), sequer traça referência ao nome de Moraes Silva em seu *Breve Restrospecto sobre o Ensino da Língua Portuguesa*, preferindo atribuir aos portugueses Bento de Oliveira e Soares Barbosa as fontes iniciais dos estudos sobre a língua no Brasil. Já João Ribeiro, estudioso de várias frentes, ao ocupar-se da obra de Moraes e de sua impor-

tância no desenvolvimento das letras no Brasil, não traça sequer uma linha sobre o *Epítome da Gramática da Língua Portuguesa*. Suas atenções só se cativam em face do Moraes lexicógrafo, a quem, por sinal, qualifica como “um tipo reacionário, emperrado, realista e inimigo de tôdas as idéias novas e liberais do seu tempo” (RIBEIRO, 1961)

Semelhante desapeço à obra gramatical de Moraes Silva parece estar sendo reparado nesta virada de milênio, a julgar pelas reiteradas referências feitas a sua produção filológica em textos e conferências, na esteira de uma certa revitalização dos estudos historiográficos ao longo dos dois últimos decênios. O *Epítome* de Moraes Silva, por mais de um motivo, deve figurar entre os textos fundadores dos estudos lingüísticos no Brasil, seja em face de seu valor documental, seja devido ao próprio conteúdo da obra e sua projeção no cenário acadêmico de seu tempo.

Cabe, a título de mera observação, aditar que a contraditória questão acerca da nacionalidade de Moraes Silva não parece ser relevante no tocante ao mérito de seu trabalho. Solução salomônica, por sinal, devemos a Harri Meier, que se refere ao nosso gramático em um estudo publicado no *Boletim de Filologia* como “um grande lexicógrafo luso-brasileiro” (MEIER, 1948: 396)

Não resta dúvida de que o *Epítome de gramatica da lingua portugueza*, embora publicado em Lisboa, goza de grande importância historiográfica para os estudos lingüísticos do Brasil. Mas a relevância do Moraes gramático não se limita a aspectos cronológicos. Há, sem dúvida, no *Epítome* elementos suficientes para que possamos atribuir-lhe papel precursor nos textos sobre língua portuguesa escritos na virada do século XVIII, em face da teoria escolhida para a descrição gramatical, embora em outros tantos aspectos sua proposta se inscreva com justeza nos cânones teóricos de seu tempo, de cunho predominantemente racionalista.

De início, cumpre certo reparo à opinião difundida de que o *Epítome* constitui-se em texto exageradamente purista. Incorre-se aqui em erro comum na análise de documentos lingüísticos que não os lê à luz de seu tempo, fato que pode trazer conclusões indesejáveis sobretudo quanto à relevância de um dado texto no percurso histórico das idéias lingüísticas. Em um de seus primorosos estudos historiográficos, Konrad Koerner ocupa-se da questão, remetendo-nos às idéias de Carl Becker sobre como interpretar um conceito científico em face de sua época. Segundo Becker, para entendermos o pensamento de uma pessoa que tenha vivido, por exemplo, na Idade Média, é preciso partir do “clima de opinião” (*climate of opinion*) desse período da história da Humanidade, ou seja, precisamos trabalhar com a “opinião pública” ou “pensamento generalizado” vigente no ambiente sociocultural em que essa pessoa vivia (KOERNER, 1995:9).

A rigor, ser purista no cenário político-filosófico do último quartel dos oitocentos traduzia uma postura cidadã, no sentido de encetar a luta pela autonomia e relevância da língua como elemento do estado nacional. Por tal motivo, algumas posições extremadas, supostamente reacionárias à primeira leitura, haverão de receber tratamento diferenciado à luz dessa interpretação adstrita ao momento de sua gênese, em que as forças filosóficas e intelectuais da época são decisivas para o fomento das bases conceptuais. A respeito do purismo vigente no pensamento gramatical português dos oitocentos, diz-nos judiciosamente João Ribeiro que, enquanto os ares da Independência faziam com que as pessoas no Brasil chegassem ao extremo de adotar apelidos indígenas, “por oposição ao odiado onomástico português”, na metrópole, ao contrário, a veia nacionalista cultivava a pureza da língua como reação conservadora à nova ordem burguesa da França:

Na metrópole (...) fazia-se desordenada guerra contra os estrangeirismos, principalmente contra os galicismos, cada vez mais antipáticos com a Revolução Francesa e a epopéia napoleônica, infensas ao ferrenho conservantismo lusitano: a guerra ao galicismo, a Arcádia literária e todas as formas de exagerado purismo representam a reação que desde os fins do século XVIII implantou a idolatria do “português de lei”, que dispõe ainda hoje de alguns soldados fanáticos retardatários. (RIBEIRO, 1979:59)

Decerto, influenciou-se bastante Moraes Silva com a generalizada postura lusitana infensa à influência francesa pós-revolucionária, de que resultam palavras como estas, dirigidas aos jovens leitores de sua gramática:

(...) se basta o estudo de um ano para saberes meamente um idioma estrangeiro, quando quiseses saber a lingua patria perfeita e elegantemente, debes estudar toda a vida e com muita perfeição os autores clássicos, notando principalmente as analogias peculiares ao genio do nosso idioma (SILVA, 1806:V).

Para advertir, após, peremptoriamente:

E deste modo poderás imitá-los [os autores clássicos], não repetindo (...) as suas palavras e frases (...), mas dizendo coisas novas sem barbarismos, sem galicismos, italianismos e anglicismos, como mui vulgarmente se lêem (SILVA, 1806:V).

Cumprе igualmente observar que o ensino de língua materna na virada do século XVIII, cujos parâmetros, por sinal, vigeram por várias décadas além, defendia, como prática usual, a reprodução de modelos elaborados pelo mestre, de tal sorte que os segredos do discurso escrito fossem observados pela imitação. A rigor, imitar não uma imposição gratuita de modelos com o fito de

reproduzir idéias estereotipadas na mente dos discentes, senão um método pedagógico que supunha fazer eclodir o bom desempenho individual do aprendiz mediante reprodução de estruturas frasais construídas pelos autores consagrados.

No que tange às teses teóricas de que se serve Moraes Silva, não se pode negar considerável tom precursor nas páginas do *Epítome*, sobretudo quanto à proposta de descrição das línguas vernáculas, que julgava absolutamente diversa da gramática latina. Moraes, decerto, destoa da tendência uníssona que descrevia as línguas românicas sob inspiração da estrutura morfossintática dos casos latinos. Basta dizer que, em Portugal, cerca de trinta anos antes, Reis Lobato ainda se baseava nas idéias de Amaro de Roboredo sobre a conveniência de se ensinar o português ou o castelhano pela gramática latina tendo em vista o fato de os latinos serem “homens com os quais concordamos na racionalidade” (LOBATO, 1770:VI). Já na Alemanha, em 1785, vem a lume a *Nova Grammatica portugueza*, de Abraham Meldola, um volume bilíngüe absolutamente alinhado com a tradição latina, inclusive no que tange à descrição do substantivos com base na flexão casual.

Cumpre, por sinal, observar que a própria *Grammaire Generale et Raisonnée de Port Royal*, insistentemente citada nos volumes lingüísticos dos setecentos e tantos outros do início do século XIX – inclusive no Epítome de Moraes Silva?, já denunciava há mais de século que a descrição dos vernáculos com base nos casos latinos não era indevida: “Il est vrai que de toutes le Langues il n’y a peut-être que la Grecque & la Latine qui aient proprement des cas dans les noms” (ARNAULD & LANCELOT, 1974:73).

Tal fato, entretanto, não evitou que a maioria dos vernaculistas setecentistas e outros tantos oitocentistas ainda se espelhassem na sintaxe latina, em flagrante descompasso com o pensamento lingüístico já reinante a partir da segunda metade do século XVIII. Foi, por sinal, sob influência das teses defendidas por Condillac em obra publicada no final dos oitocentos (CONDILLAC, 1780), para quem descrever a gramática francesa no moldes da latina constituía grave equívoco de método, que Moraes Silva envereda pela opção da sintaxe analítica, com base nas funções determinadas pela regência e pela posição da palavra na frase. Relevante o fato de Moraes preocupar-se em citar textualmente as palavras de Condillac a tal respeito: “Nous avons compliqué nôtre Grammaire, parce que nous l’avons voulu faire d’après les Grammaires Latines. Nous ne la simplifions, qu’autant que nous rappellerons les expressions aux éléments du discours” (SILVA, 1806: 3)

Outro aspecto interessante nas páginas do *Epítome* reside na sinopse gramatical. A tradicional subdivisão da gramática em *etimologia*, *sintaxe*, *ortografia* e *prosódia*, que viria a imperar ainda por vários anos do século XIX na gramaticografia brasileira – basta citar como exemplo a exitosa gramática do

filólogo maranhense Sotero dos Reis (REIS, 1871) –, é preterida em favor de uma apresentação orgânica dos temas com maior destaque para a morfologia e para a sintaxe. A preferência por esta última parte da gramática é deveras saudável e invulgar em compêndios didáticos da época.

Assim, opta Moraes Silva por uma sinopse binária, em que faz acostar no mesmo plano hierárquico o *Livro I (Das palavras por si sós ou Partes da sentença)* e o *Livro II (Da composição das partes da sentença entre si, ou syntaxe)*. No Livro I reúne os fundamentos da lexeologia, aí incluídos a classificação de palavras e o estudo das flexões, ao passo que no Livro II dedica-se ao estudo dos termos da oração, bem como dos mecanismos sintáticos de produção frasal: colocação, regência e concordância.

Os estudos fonológicos estão em uma espécie de preâmbulo, que não recebe título próprio, fato aparentemente significativo no que diz respeito ao pensamento de Moraes Silva sobre descrição gramatical. Leve-se em conta, além da evidente intenção de dar início à descrição gramatical no Livro I, que, como vimos, trata de questões morfológicas, o fato de que esta parte preambular não conta com mais de cinco páginas, de que emanam comentários circunstanciais sobre fatos ortoépicas, prosódicos e ortográficos selecionados. Não se trata, pois, de uma exposição sistemática da prosódia, como acontece normalmente nos volumes cunhados sob a inspiração da gramática racionalista, porém uma seleta de juízos sobre pontos considerados pelo autor relevantes para o aprendizado do texto.

O fato notável está em que semelhante estrutura sinóptica na descrição gramatical só gozaria da preferência dos filólogos brasileiros na segunda metade do século XIX, em volumes já produzidos sob inspiração da escola germânica histórico-comparativista. No Brasil, destaca-se, nessa linha, a *Grammatica Portugueza*, de Julio Ribeiro, publicada no Rio de Janeiro em 1881, por ser a primeira obra gramatical estruturada na bipartição lexeologia-sintaxe importado dos compêndios vernáculos do inglês, sobretudo de Mason e Bain.

No breve intróito sobre matéria fonética, Moraes Silva encontra espaço suficiente para emitir juízo bastante consistente acerca de fatos diversos. Arro-la tanto as vogais quanto as consoantes como sons elementares, mas assevera que as consoantes por si sós não têm valor efetivo. Segue, pois, a tese da existência condicionada dos sons consonantais, como modificadores das “vozes” ou vogais, entendimento, por sinal, que gozaria de opinião majoritária até o início do século XX, quando a lingüística estruturalista renovou o conceito de fonema.

Sobre as vogais nasais, ocupa-se em afirmar que são “verdadeiras vogais” (não vogais modificadas por consoante), pois a nasalidade se ouve

“sobre as vogais”, não após, como acontece, por exemplo, com o *r* em *bárbaro*, que só se ouve após cessar a voz. A percepção acústica de Moraes, portanto, embora não fosse suficiente para conferir *status* distintivo às consoantes, ao menos servia-lhe para distinguir verdadeiros sons consonantais de meros traços de nasalidade vocálica representados graficamente por letras consonânticas. À guisa de curiosidade, estudos relativamente recentes sobre vogais nasais portuguesas visam provar justamente o contrário, ou seja, que se tratam na realidade de vogais orais seguidas de consoantes nasais¹.

Dentre os temas ortográficos, Moraes Silva confere interessantes informações de ordem sócio-lingüística ao pesquisador, como, por exemplo, a que adverte sobre o uso do dígrafo **ch** como grafema de “xe” e de “ke”, dando conta de que tal flutuação de uso é própria da “linguagem chula”. Assinala ainda o emprego do trema sobre os grupos **gue**, **gui**, **que** e **qui** para marcar a pronúncia do **u**, fato pouco comum dentre as preocupações ortográficas da época, além de criticar o uso de uma mesma letra (caso do **c** e do **g**) para representar mais de um som.

Na morfologia, a pena do gramático fluminense traça um painel objetivo sobre as partes da oração, com especial estudo do artigo, figura por sinal inclusa numa classe mais abrangente, a que denomina adjetivos articulares. São oito as classes relacionadas por Moraes: nomes (ou substantivo), adjetivo articular, adjetivo atributivo, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição. Sobre esta última, por curiosidade, emite clara referência a seu valor como “palavra-frase”, que goza de aceitabilidade até os dias atuais.

Está, entretanto, na classe dos adjetivos articulares a maior originalidade taxionômica de Moraes. De início, adverte nosso gramático que os estudiosos, com exceção de Duarte Nunes do Leão, não haviam ainda conseguido explicar satisfatoriamente o papel do artigo nas línguas vernáculas, seja quanto ao emprego ou quanto à omissão deliberada. Partindo do princípio que certas palavras existem na língua para “determinarem a extensão individual, a que se applica um nome comum” (SILVA, 1806:11), Moraes arrola sob a rubrica dos adjetivos articulares todos os termos que usualmente ficam na periferia do núcleo substantivo e não expressam valor semântico externo: o artigo propriamente dito, pronomes adjetivos indefinidos, demonstrativos e possessivos. Em interessante comentário sobre os adjetivos articulares, Moraes aduz que um de seus tipos é o artigo simples *o* e *a*, o qual indica que o nome “se toma em toda a extensão dos indivíduos, a que a sua significação e applicável” (SILVA, 1806:21). Assim, quando o falante quiser restringir o termo determinado,

¹ Leia-se a hipótese do arquifonema nasal de Mattoso Câmara Jr. (CÂMARA, 1977), amparado em estudos de Gonçalves Viana e Oscar Nobiling.

haverá de limitar a generalização atribuída pelo artigo com outras “circunstâncias”, como ocorre na construção *o homem que hontem vimos*, em que a oração atua como adjetivo que relativiza a generalização do artigo.

Ainda sobre o artigo, cabe referir-nos aqui a dois aspectos preciosos, não só pela inventividade, como também pela originalidade. Primeiro, atento à origem comum do artigo definido com o pronome pessoal acusativo, arrola este último naquela classe, tendo em vista a existência virtual de substantivo elítico sob sua determinação. Eis o exemplo: “Viu o cavallo de Joao? Vi-o”, ou seja, “Vi-o [cavalo]”. Em ratificação da hipótese, assevera que a omissão de substantivos por elipse é comum no português, inclusive em casos de verbos substantivados: “O doce; ‘Que vos prometta os mares, e as areyas, não lh’o creais’, isto é, o prometter-vos”(SILVA, 1806:25)².

Segundo, no que tange ao alentado papel do artigo como elemento atribuidor de gênero, adverte judiciosamente Moraes ser inadmissível acatar semelhante hipótese pelo simples fato de que, por incluir-se na classe do adjetivo, o artigo só pode ser usado em concordância se o falante já souber antecipadamente o gênero e o número do nome: “sendo o artigo um adjetivo, quem fala, ou escreve deve saber o genero do nome, a que o artigo precede, para usar delle na variação correspondente ao genero, ou numero do nome, como se faz com qualquer outro adjetivo”(SILVA, 1806: III)

Enfim, muito haveríamos de ainda comentar sobre o papel precursor do *Epítome da Grammatica Portugueza* no panorama dos estudos lingüísticos desenvolvidos nos setecentos. Cite-se, por exemplo, na área da sintaxe as interessantes observações traçadas acerca do infinitivo pessoal português como atributos da pessoas verbais e a exaustiva apreciação sobre valores semânticos das preposições ao cuidar da sintaxe de regência. Estes são temas que ficam para um outro estudo, já que o limitado tempo de que dispomos não nos permite maiores alongamentos. Havemos, pois, de concluir com a certeza de que a obra gramatical de Antônio de Moraes Silva, não obstante inspirada nas idéias lingüísticas do século XVIII, destaca-se pelo vanguardismo e pela especial lucidez conceptual, razão por que está ainda a merecer especial atenção de quantos se ocupem pelas questões historiográficas nos estudos lingüísticos.

² O reconhecimento do artigo como determinante de orações adjetivas e adverbiais, como ocorre em frases do tipo *Não sei o que fazes* e *Gostou do quando o filho se defendeu* vem sendo acolhida por mais de um gramático já há algum tempo (BECHARA, 1999: 154). Leia-se também, a respeito do artigo neutro do espanhol (LLORACH, 1999:91)

Obras citadas neste trabalho.

ALARCOS LHORACH, Emilio. *Gramática de la lengua española*. Madrid, Real Academia Española, Editora Espasa Calpe, S.A., 1999.

ARNAULD, Antoine & LANCELOT, Claude. *Grammaire générale et raisonnée*. Paris, AUP ELF/CNRS, Archives de La Linguistique Française 14, Reprod. de l'éd. de Paris: chez Prault, 1754.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro, Lucerna. 1999.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro, Tipographia Nacional, v. 1, 1883.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro, Padrão, 1977.

CAVALIERE, Ricardo. Uma proposta de Periodização dos Estudos Lingüísticos no Brasil. *Confluência*. Rio de Janeiro, Liceu Literário Português, n. 23, 2002.

CONDILAC, Étienne Bonnot de. *Cours d'étude pour l'instruction du prince de Parme, au jourd'hui S. A. R. l'infant D. Ferdinand*. Genève, Chez Du Villard Fils & Nouffer, 1780.

KOERNER, Konrad. *Persistent issues in linguistic historiography*. In: _____. *Professing linguistics historiography*. Amsterdam, Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 1995.

LOBATO, António José dos Reis. *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1770.

MEIER, Harri. O dicionário de Moraes. *Boletim de Filologia*. Lisboa, Tomo IX, fasc. IV, 1948.

REIS, Francisco Sotero dos. *Grammatica portugueza accomodada aos principios geraes da palavra, seguidos de immediata applicação pratica*. 2 ed. revista, corrigida e anotada por Francisco Sotero dos Reis e Americo Vespucio dos Reis. São Luiz, Typ. de R. d'Almeida, 1871.

RIBEIRO, João. Antiquidade dos Brasileirismos. In: _____. *A língua nacional e outros estudos lingüísticos*. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., seleção e coordenação de Hildon Rocha, 1979.

_____. Moraes redivivo. In: ACADEMIA BRASILEIRA. *Obras de João Ribeiro: crítica*. Rio de Janeiro, ABL, v. V, Organização de Múcio Leão, 1961.

SILVA, Antônio de Moraes. *Epítome da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa, Off. de Simao Thaddeo Ferreira, 1806.

SILVA, Francisco Innocencio da. *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, tomo I, 1863.